

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.767 - MG (2016/0250147-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **IVONE LUCAS PEREIRA PAIS**
ADVOGADOS : **FÁBIO WENER AVELAR SILVA - MG097037**
FERNANDO AUGUSTO CARDOSO DE MAGALHÃES E OUTRO(S)
- MG104130
AGRAVADO : **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO**
BRASIL PREVI
ADVOGADOS : **DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999**
LUIS GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NÃO APLICAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. As regras do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às relações de direito civil envolvendo participantes e/ou beneficiários e entidades fechadas de previdência complementar. Incidência da Súmula 563 do STJ.
2. As diretrizes que regem o Sistema Financeiro de Habitação não se aplicam a contrato de financiamento imobiliário firmado com entidade fechada de previdência privada. Na hipótese, não há previsão contratual de quitação do saldo devedor em decorrência de invalidez permanente, mas apenas na ocorrência de morte do mutuário. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator